Processo n.º 950/2018

Data do acórdão: 2019-7-11

(Autos em recurso penal)

Assuntos:

- erro notório na apreciação da prova
- art.º 400.º, n.º 2, alínea c), do Código de Processo Penal

S U M Á R I O

Há erro notório na apreciação da prova quando for patente que a decisão probatória do tribunal violou inclusivamente as *leges artis*.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 950/2018

Recorrente (arguido): A (A)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – RELATÓRIO

Inconformado com o acórdão proferido a fls. 142 a 150v do Processo Comum Colectivo n.º CR4-17-0430-PCC do 4.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base, que o condenou pela prática, em autoria material, na forma consumada, de um crime de injúria agravada, p. e p. pelas disposições conjugadas dos art.ºs 175.º, n.º 1, 178.º e 129.º, n.º 2, alínea h), do Código Penal (CP), na pena de dois meses de prisão, e de um crime de ofensa qualificada à integridade física, p. e p. pelas disposições conjugadas dos art.ºs 137.º, n.º 1, 140.º, n.ºs 1 e 2, e 129.º, n.º 2, alínea h), do CP, na

pena de nove meses de prisão, e, em cúmulo jurídico dessas duas penas, finalmente na pena única de dez meses de prisão, suspensa na execução por dois anos, para além de ficar condenado a pagar ao guarda policial ofendido, quinhentas e oitenta e cinco patacas de indemnização, arbitrada oficiosamente, com juros legais desde a data desse acórdão até integral e efectivo pagamento, veio o arguido A, aí já melhor identificado, recorrer para este Tribunal de Segunda Instância (TSI), para pedir a sua absolvição dos ditos dois crimes, alegando, para o efeito, e em essência, que as palavras tidas pelo guarda ofendido como ofensivas foram ditas pelo próprio recorrente não para esse guarda mas sim para a mulher dele próprio, e que ela próprio estava a agir em legítima defesa (prevista no art.º 31.º do CP) contra o ataque por parte do dito guarda sobre si, pelo que padeceu a decisão condenatória do erro notório na apreciação da prova, como vício aludido na alínea c) do n.º 2 do art.º 400.º do Código de Processo Penal (CPP) (cfr. em detalhes, o teor da motivação apresentada a fls. 175 a 181 dos presentes autos correspondentes).

Ao recurso, respondeu o Ministério Público (a fls. 184 a 188v dos presentes autos), no sentido de improcedência do recurso.

Subidos os autos, emitiu a Digna Procuradora-Adjunta, em sede de vista, parecer (a fls. 199 a 200v), pugnando também pelo não provimento do recurso.

Feito o exame preliminar e corridos os vistos, cumpre decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA

Do exame dos autos, sabe-se que o acórdão ora recorrido ficou proferido a fls. 142 a 150v, cuja fundamentação fática e probatória se dá por aqui integralmente reproduzida.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De antemão, cumpre notar que mesmo em processo penal, e com exceção da matéria de conhecimento oficioso, ao tribunal de recurso cumpre resolver só as questões material e concretamente alegadas na motivação do recurso e ao mesmo tempo devidamente delimitadas nas conclusões da mesma, e já não responder a toda e qualquer razão aduzida pela parte recorrente para sustentar a procedência das suas questões colocadas (nesse sentido, cfr., de entre muitos outros, os acórdãos do TSI, de 7 de Dezembro de 2000 no Processo n.º 130/2000, de 3 de Maio de 2001 no Processo n.º 18/2001, e de 17 de Maio de 2001 no Processo n.º 63/2001).

Nesse enquadramento, vê-se que o arguido imputou principalmente à decisão condenatória penal recorrida o vício aludido na alínea c) do n.º 2 do art.º 400.º do CPP.

Sempre se diz que haverá erro notório na apreciação da prova quando for patente que a decisão probatória do tribunal violou inclusivamente as

leges artis (neste sentido, e de entre muitos outros, cfr. o douto Acórdão do Venerando Tribunal de Última Instância, de 22 de Novembro de 2000, do Processo n.º 17/2000).

Na verdade, o princípio da livre apreciação da prova plasmado no art.º 114.º do CPP não significa que a entidade julgadora da prova possa fazer uma apreciação *totalmente* livre da prova. Pelo contrário, há que apreciar a prova sempre segundo as regras da experiência, e com observância das *leges artis*, ainda que (com incidência sobre o caso concreto em questão) não existam quaisquer normas legais a determinar previamente o valor das provas em consideração.

Ou seja, a *livre* apreciação da prova não equivale à apreciação *arbitrária* da prova, mas sim à apreciação *prudente* da prova (em todo o terreno não previamente ocupado por tais normas atinentes à prova legal) com respeito sempre das regras da experiência da vida humana e das *leges artis* vigentes neste campo de tarefas jurisdicionais.

E no concernente à temática da prova livre, é de relembrar os seguintes preciosos ensinamentos veiculados no **MANUAL DE PROCESSO CIVIL** (2.ª Edição, Revista e Actualizada, Coimbra Editora, 1985, páginas 470 a 472), de autoria de **ANTUNES VARELA, J. MIGUEL BEZERRA e SAMPAIO E NORA**:

– <<As provas são apreciadas *livremente*, sem nenhuma escala de hierarquização, de acordo com a convicção que geram realmente no espírito do julgador acerca da existência do facto.

[...]

Há, todavia, algumas exceções ao princípio da *livre apreciação da prova*, que constituem como que justificados resíduos do sistema da *prova legal*.

[...]

Mas convém desde já conhecer os diferentes *graus de convicção* do julgador criados pelos meios de prova e precisar o seu alcance prático.

Quando qualquer meio de prova, não dotado de força probatória *especial* atribuída por lei, crie no espírito do julgador a convicção da existência de um facto, diz-se que foi feita *prova bastante* – ou que há *prova suficiente* – desse facto.

Se, porém, a esse meio de prova um outro sobrevier que crie no espírito do julgador a dúvida sobre a existência do facto, a *prova deste facto desapareceu*, como que se *desfez*. Nesse sentido se afirma que a *prova bastante* cede perante simples *contraprova*, ou seja, em face do elemento probatório que, sem convencer o julgador do facto oposto (da inexistência do facto), cria no seu espírito a *dúvida séria* sobre a existência do facto.

Assim, se a parte onerada com a prova de um facto conseguir, através de testemunhas, de peritos ou de qualquer outro meio de prova, persuadir o julgador da *existência* do facto, ela preencheu o *ónus* que sobre si recaía. Porém, se a parte contrária (ou o próprio tribunal) trazer ao processo qualquer outro elemento probatório de sinal oposto, que deixe o juiz na dúvida sobre a existência do facto, dir-se-á que ele

fez *contraprova*; e mais se não exigirá para *destruir a prova bastante* realizada pelo onerado, para *neutralizá-la* [...]>>.

O art.º 400.º, n.º 2, corpo, do CPP manda atender também aos “elementos constantes dos autos” para efeitos de verificação do vício de erro notório na apreciação da prova.

Portanto, todos os elementos probatórios examinados em sede própria pelo Ente Julgador ora recorrido também têm que ser examinados na presente sede recursória, para se poder aquilatar da ocorrência ou não desse vício de julgamento de factos.

No caso, o Tribunal *a quo* teceu a fundamentação probatória da sua decisão sobre a matéria de facto no último parágrafo da página 7 e em todas as páginas 8 e 9, do texto do aresto recorrido, a fls. 145 a 146.

Pois bem, depois de vistos todos os elementos probatórios constantes dos autos e então examinados e como tal referidos pelo Tribunal recorrido nessa fundamentação probatória do seu acórdão, entende o presente Tribunal de recurso que não é patentemente desrazoável o resultado do julgamento da matéria de facto feito por esse Tribunal.

Aliás, esse Tribunal já explicou convincentemente aí (cfr. o teor do último parágrafo da página 9 do acórdão recorrido, a fl. 146) por quê é que acreditou na versão fáctica do guarda policial ofendido.

Sendo de respeitar assim esse resultado do julgamento dos factos, decai logicamente a tese de legítima defesa sustentada na motivação do recurso.

É, pois, de louvar a decisão recorrida, nos termos permitidos pelo art.º 631.º, n.º 5, do Código de Processo Civil, *ex vi* do art.º 4.º do CPP.

IV – DECISÃO

Em sintonia com o exposto, acordam em julgar não provido o recurso.

Custas do recurso pelo arguido, com duas UC de taxa de justiça, e duas mil patacas de honorários a favor da sua Ex.^{ma} Defensora Oficiosa.

Comunique a presente decisão (com cópia do acórdão recorrido) ao guarda policial ofendido e ao Corpo de Polícia de Segurança Pública.

Macau, 11 de Julho de 2019.

Chan Kuong Seng
(Relator)

Tam Hio Wa
(Primeira Juíza-Adjunta)

Choi Mou Pan
(Segundo Juiz-Adjunto)